

## POR UMA GEOGRAFIA FEMINISTA E ANTIRRACISTA

**Kena Azevedo Chaves**

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Brasil  
Pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Brasil  
kena.chaves@fgv.br

**Helena Rizzatti**

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas  
Professora Efetiva Magistério Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil  
helena.rizzatti@ufjf.br

Os estudos geográficos relacionados às problemáticas que abarcam gênero, raça e classe vêm se ampliando nas últimas décadas. Como resposta ao contexto de crise multidimensional enfrentada, cresce o interesse por abordagens feministas e antirracistas, e autoras de campos diversos vêm sendo mobilizadas e incorporadas aos debates geográficos.

É notável o crescente esforço da pesquisa que busca relacionar dinâmicas espaciais com as categorias gênero, raça e classe, sobretudo diante de um cenário adverso, com desafios que se impõem em termos teóricos, metodológicos e práticos. Tais desafios estão refletidos nas ausências do debate em cursos de formação, pouco espaço em eventos científicos e no ainda rarefeito lastro de publicações que abordam a temática. Além destes, são identificados desafios com relação à disponibilidade de dados desagregados por gênero e raça em bases oficiais, além da complexidade para abordar temas como violência, vulnerabilidades diversas e precarização da vida e do trabalho com mulheres e grupos racializados, vítimas ou em situação de insegurança, por exemplo. Ainda, estão colocados os desafios que geógrafas encontram para realização de trabalhos de campo em contextos diversos, em que sexismos colocam-se muitas vezes como ameaça, ou se traduzem em violências experienciadas, e encontram pouco espaço para elaboração em grupos de pesquisa ou mesmo nos espaços diretivos de cursos de graduação e pós.

Mesmo enfrentando tais dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa, geógrafas têm construído estratégias exitosas, fazendo com que, embora com pouco reconhecimento, o debate avance. Tal avanço se evidencia na construção de dossiês em revistas importantes para o nosso campo, na presença de Grupos de Trabalhos sobre geografias de gênero e abordagens feministas, geografias negras e antirracistas, além de estudos que propõem cruzamentos necessários entre as categorias gênero, raça e classe, com esforço de empregar perspectivas interseccionais ou, desde o feminismo marxista, perspectivas integrativas. Diante deste cenário, o intuito de nosso dossiê “Gênero, raça e classe: ausências, entraves e avanços na pesquisa geográfica” foi o de fortalecer e, ao mesmo tempo, possibilitar o acesso e a visibilidade aos trabalhos e às pesquisadoras que mobilizam esse campo de pesquisa que vem ganhando fôlego na Geografia brasileira.

Características do debate feminista e antirracista estiveram e estão refletidas na pesquisa geográfica comprometida com tais temáticas. Estudos sobre as divisões do trabalho por gênero e raça, sobre as relações de uso e apropriação do espaço por diferentes grupos sociais, sobre a segregação espacial com base em raça e classe, além de cartografias da violência de gênero e das resistências feministas e antirracistas, entre outras ações, vêm sendo elaborados. Tais investigações contribuem para a interpretação da articulação necessária entre os marcadores de gênero, raça e classe como estruturas importantes para o estabelecimento e manutenção do capitalismo e para a intensificação das desigualdades e da funcionalidade de tais marcadores na precarização da vida no contexto neoliberal.

As pesquisas sobre a temática despontaram no Brasil no contexto da chamada terceira onda feminista, cujos debates sobre a categoria gênero, o movimento queer e o ganho de força dos feminismos do Sul e das abordagens interseccionais marcaram os anos 1980 e 1990. A periodização em ondas, ainda que controversa e centrada nos marcos do debate travado no Norte global, ajuda a organizar a narrativa sobre a construção do movimento feminista internacionalmente, bem como identificar marcos e interfaces entre os debates feministas e antirracistas. Sendo assim, mesmo desde um posicionamento crítico, adotaremos essa periodização, por nos parecer didática e passível de ressignificações, além de sintetizar como a perspectiva de entrelaçamento de desigualdades se constituiu ao longo dessas lutas e movimentos. Aproveitamos a

organização do debate em ondas para também pontuar o movimento das pesquisas geográficas em cada um dos períodos abordados.

Entre o final do século XIX e início do século XX, posiciona-se o período enquadrado como primeira onda feminista. Naquele momento, as lutas por direitos políticos das mulheres estavam em principal destaque, com grande força para o sufrágio, direito ao trabalho e à escolarização. Bertha Lutz, uma das proeminentes lideranças desse período, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mobilizando campanhas para garantir o sufrágio feminino. Além da luta pelo voto, outros grupos feministas, como operárias de orientação anarquista, denunciaram as más condições de trabalho e a discriminação nas fábricas, dando início a um feminismo de classe e sindicalismo feminino. No final do século XIX, as lutas abolicionistas nas Américas aportaram questionamentos fundamentais sobre o lugar das mulheres negras dentro do movimento e debate feminista, e, décadas à frente, sufragistas negras no Brasil desempenharam um papel fundamental na luta pelo direito ao voto e pela igualdade, ainda que invisibilizadas em narrativas históricas. Dentre as lideranças, Almerinda Gama, advogada e jornalista, foi pioneira na luta pelo sufrágio negro e na organização sindical das mulheres negras, por exemplo.

Em seguida, entre os anos 1960 e 1980, a chamada segunda onda, já no contexto da Guerra Fria e, na América Latina, das ditaduras militares, trouxe para o centro do debate o trabalho feminino, com força para correntes marxistas que deram visibilidade para a importância do trabalho doméstico e de cuidados, além do papel das mulheres na luta de classes e nos movimentos de resistência e pela redemocratização nos países do Sul. Também estiveram na pauta feminista os debates sobre liberação sexual, direitos reprodutivos e autonomia sobre os corpos. Os enfrentamentos relacionados à violência doméstica e sexual foram pontos fortes no período, com tensionamento para produção de políticas e normativas protetivas. Nesse período, o debate feminista adentrou intensamente as universidades, inclusive as brasileiras, originando nos países anglo-saxões a vertente das Geografias Feministas e a Geografia de Gênero. Como resposta às lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, assim como em relação aos movimentos anticoloniais e independentistas na América Central e em alguns países do continente africano, o debate antirracista ganhou espaço no interior dos movimentos de esquerda. O movimento negro radical, em especial a corrente do marxismo negro nos Estados Unidos

e América Central, se projetou e, no Brasil, os trabalhos de Lélia Gonzalez são importante referência e dialogam com o ganho de espaço do movimento de mulheres negras e do movimento negro, que se fortaleceram no país nas décadas de 1970 e 1980.

Como mencionado, a terceira onda coloca no centro do debate a categoria gênero, expandindo a discussão feminista para outros grupos minorizados. Neste período, que marca o final dos anos 1980 e 1990, há incorporação de demandas do movimento queer às pautas feministas, além de ampliação do debate racial e étnico, em especial pela emergência de perspectivas plurais aportadas pelos chamados feminismos do Sul. É nesse período que as Geografias Feministas e Geografia de Gênero se intensificam, mas ainda concentradas em países do continente europeu e do norte do continente americano. A queda do socialismo soviético culminou na fragilização do debate anticapitalista, e pautas em torno do reconhecimento foram projetadas. Nesse âmbito, estratégias metodológicas, como a interseccionalidade, buscaram trazer gênero, raça e classe social como lentes analíticas das realidades concretas, a fim de dar visibilidade às especificidades vividas por mulheres e grupos racializados da classe trabalhadora. Diferentemente dos períodos anteriores, na terceira onda, as discussões foram tensionadas a incluir as opressões específicas vivenciadas por mulheres de diferentes classes sociais, etnias, orientações sexuais e localizações geográficas. O feminismo negro teve protagonismo na elaboração e ganho de força dessa perspectiva de entrelaçamento de desigualdades, pautando a necessidade de melhor compreensão das especificidades dela decorrentes.

Desde meados dos anos 2000, com a popularização do debate feminista via redes sociais, além da retomada da teoria crítica e dos estudos críticos ao neoliberalismo, como resposta à crise de 2008, no contexto da chamada quarta onda feminista, perspectivas anticapitalistas foram retomadas por coletivos e vertentes feministas e antirracistas.

Nesse momento, difundem-se, ainda de maneira insuficiente, as Geografias Feministas e Geografia de Gênero na Geografia brasileira. Entre 1939 e 2006, apenas três artigos, nos nove principais periódicos de geografia do país, segundo a avaliação trienal 2004-2006 do Sistema Qualis, tratavam de temas sobre mulheres e gênero (Silva, 2009). A vertente das geografias das relações étnico-raciais também ganharam maior expressão nesse período, enquanto as Geografias Negras vão se constituir apenas no final da segunda década do século XXI, tendo como importante marco a publicação do manifesto “Por uma Geo-grafia Negra”, no XIII Encontro da Anpege, em 2019 (Cirqueira; Santos,

2023). Nesse contexto, ao enquadrar a trajetória dessas lutas e movimentos e das correntes da Geografia voltadas para os temas de gênero e das populações racializadas, destacamos ainda duas recentes seções temáticas publicadas pela Revista da Anpege: Geografias Feministas, de 2021, editada por Joseli Maria Silva e Maria das Graças Silva Nascimento Silva; e Geografias Negras, de 2023, editada por Manuel Santana e Alex Ratts<sup>1</sup>.

Outra característica importante deste atual período é a descentralização e internacionalização do debate. Nessa linha, as greves internacionais de mulheres, lutas pelos direitos reprodutivos, denúncias sobre a ascensão da extrema direita e fragilização de direitos e da democracia ao redor do mundo ocupam o centro das discussões. Levantes feministas têm se desdobrado em diversos países ao redor do mundo, e merecem destaque as mobilizações massivas na América do Sul, em países como Argentina e Chile. No Brasil, vimos ascender grupos feministas para além da academia, outros grupos se fortaleceram no contexto dos movimentos sociais históricos, como é o caso da presença das mulheres no Movimento Indígena, camponês, quilombola e nas lutas urbanas.

Nesse contexto, diante do ganho de amplitude e consolidação do debate sobre reconhecimento desde os anos 1980, a recente retomada das perspectivas anticapitalistas, dessa vez, carrega um esforço para construção de caminhos teóricos e metodológicos que possibilitem incorporar às análises sobre a problemática da classe – como precarização do trabalho, desmonte do Estado e de direitos, crise internacional, por exemplo – as dimensões de raça e gênero. Nessa seara, as autoras reforçam o entendimento de que, tanto quanto a dominação de classes, as opressões de raça e gênero são constitutivas da totalidade social capitalista. Dessa forma, como marcadores de diferença que permitem a continuidade da expropriação, da exploração e da precarização do trabalho, raça, gênero e classe estão amalgamadas e determinam a experiência concreta dos sujeitos no capitalismo (Gonzalez, 2020; Davis, 2016; Bannerji, 2005; Ferguson, 2017; Fraser, 2019).

Como já mencionado, as correntes, tanto na produção geográfica quanto fora dela, abordam de forma diferente o entrelaçamento entre as categorias destacadas, seja via interseccionalidade, consubstancialidade, seja a partir de perspectivas marxistas que

---

<sup>1</sup> Com essas edições sob nosso radar, desenhamos a proposta que dá origem ao dossiê aqui organizado. Entrevistamos dois destes editores, que nos ajudam a reconstruir o histórico desses debates ao longo da trajetória de desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro.

apontam para uma leitura unitária ou integrativa das opressões mencionadas. Saffioti (2015) propõe a leitura a partir da metáfora de um nó frouxo entre gênero, raça e classe. A frouxidão do nó diz respeito à necessidade de investigar cada opressão em profundidade, mas, segundo a autora marxista, é necessário sempre o exercício de síntese, para não perder de vista a totalidade social que determina as realidades concretas, de maneira dialética. Saffioti (2015), ao passo que aponta um caminho, nos coloca um desafio: aprofundar as análises sobre cada uma das opressões, buscando sempre construir sua síntese, tendo a totalidade como horizonte interpretativo.

Interpeladas por esse desafio, neste Dossiê fizemos o esforço de agrupar trabalhos e reflexões que apontem para a articulação necessária entre as realidades concretas e a totalidade social, cuja mediação se faz por meio do entrelaçamento, intersecção ou amálgama entre as categorias gênero, raça e classe. Partimos do entendimento de que para discutir a geografia do Brasil, por exemplo, é imprescindível carregar para as análises leituras sobre o nó entre tais categorias; do contrário, as interpretações estarão incompletas. Para tanto, partimos da leitura de que o capitalismo se diferencia territorialmente como resultado das combinações sócio-históricas e sociogeográficas. Nessa interpretação, a categoria marxista formação social, que ganhou na geografia de Milton Santos dimensão espacial (2014 [1977]), abre caminhos para sustentação do argumento de que, em cada contexto socioespacial dentro do capitalismo, as mediações entre classe, raça e gênero produzem especificidades no cotidiano dos sujeitos e lugares (Chaves, 2024; Rizzatti, 2020).

Dessa forma, tomamos a formação socioespacial brasileira como ponto de partida e também ponto de chegada. Isso porque essa categoria geográfica, uma vez que dialoga com o tempo, dá conta de tratar do processo histórico, e, ao se firmar como recorte espacial, trata da concretude e materialidade e ação no presente. Partir do processo histórico para a compreensão do presente é o caminho que marxistas e miltonianos adotam na Geografia. Ao nos debruçarmos sobre a leitura das lentes feministas e antirracistas, passado e presente, como processos contínuos no tempo e no espaço, revelam as origens e desdobramentos das opressões, bem como dos nós ou amálgamas entre as categorias de opressão mencionadas.

Desde essa compreensão e estratégia metodológica, buscamos enlaçar neste Dossiê pesquisas e reflexões debruçadas sobre as problemáticas concretas vividas nos

territórios brasileiros, em especial amazônicos, tomadas desde o entrelaçamento das categorias destacadas. A relação com a totalidade está colocada por meio da investigação dos atravessamentos das dinâmicas do período neoliberal nos cotidianos dos territórios e lugares, assim como nas estruturas e práticas vinculadas aos circuitos de acumulação que os atravessam, além das políticas e normas produzidas pelo Estado em interface com as demandas da financeirização.

Partindo desses entendimentos, abrimos nosso Dossiê com duas entrevistas realizadas com importantes figuras da Geografia brasileira do presente, cujas trajetórias pessoais e de pesquisa estão voltadas à investigação e construção de geografias antirracistas e feministas no Brasil.

A primeira entrevista, com o professor Alex Ratts, além de abordar as perspectivas deste pensador sobre como se desenvolve na Geografia brasileira o debate racial, tratou das interfaces dessa geografia com o pensamento negro em escalas regionais e internacionais. Adotando perspectiva crítica às lógicas coloniais, Ratts apontou caminhos para discutir as relações entre territórios e sujeitos com a globalização e com a totalidade. A partir da compreensão de que "a diferença está em toda parte", afirmação posicionada no título da potente entrevista, Ratts percorre temas caros à geografia e fecha a discussão apontando que a leitura racial necessariamente se estende "do corpo ao mundo". Tal afirmação em si carrega uma proposta metodológica, uma vez que provoca a reflexão escalar, condição para abarcar a complexidade das interpretações sobre os processos de racialização no Brasil. Desde as reflexões do geógrafo, ao focar sujeitos, é fundamental não perder de vista o espaço e a totalidade social.

Em outra importante entrevista que compõe o dossiê, a professora Joseli Maria Silva compartilhou reflexões de seu grupo de pesquisa, e, ao contar sobre sua trajetória, apontou desafios vivenciados pelos estudos pioneiros na geografia de gênero e geografias feministas no Brasil. Dentre as reflexões propostas, a centralidade da corporeidade na experiência espacial dos sujeitos é notável. Destacamos ainda a provocação posicionada já no título da entrevista – “Convite à subversão da geografia brasileira” –, que se operacionaliza, segundo a geógrafa, como um desafio e passo necessário para conquistarmos avanços em nosso campo: enegrecer as geografias feministas e generificar as geografias das racialidades.

Nessa linha, interessadas em reunir artigos e relatos de pesquisa, além de divulgar investigações realizadas em diferentes contextos, neste dossiê agregamos trabalhos que lograram mobilizar as categorias gênero, raça e classe, em análises que dialogam com dinâmicas específicas do período neoliberal. Essa problemática tem se mostrado central para a construção de alternativas sistêmicas, por meio da elaboração de metodologias para interpretação e análise das múltiplas opressões que determinam a realidade concreta de diferentes sujeitos, bem como da construção de estratégias de superação das desigualdades e injustiças constitutivas das diferentes formações socioespaciais.

Priorizamos, na escolha dos trabalhos, valorizar o esforço de construção de abordagens críticas, apoiadas em densa perspectiva metodológica e rica coleta de dados. Buscamos também garantir a diversidade de contextos estudados, com presença de análises sobre conflitos no campo e na cidade, defesa dos direitos reprodutivos, trabalho feminino relacionado à segurança alimentar, além de um conjunto de artigos que iluminam a abordagem sobre gênero e raça no ensino em Geografia.

Como resultado, oito artigos compõem o conjunto do dossiê e estão divididos em três blocos. O primeiro bloco conta com três trabalhos. Os dois primeiros tratam do contexto dos territórios atingidos pela barragem de Belo Monte, caso bastante estudado, porém com pouco destaque para a situação das mulheres. Os artigos “Água, mulheres e territórios de uso comum no contexto da usina hidrelétrica de Belo Monte”, de Michel de Melo Lima e Lais Alves do Santos, e “A violência nas arpilleras bordadas por mulheres atingidas pela hidrelétrica de Belo Monte”, escrito por Elisa Mergulhão Estronioli. Além de abordarem a perspectiva das mulheres sobre a violência vivida na cidade e no campo desde a instalação da hidrelétrica, valorizam as estratégias de resistência construídas no âmbito dos movimentos sociais e grupos de mulheres atingidas. Em seguida, incluímos o texto “Mulheres, classe e geografia na Amazônia: uma (re)construção de pesquisa em contexto de mudanças climáticas”, de autoria de Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães, Aline Lima Pinheiro Machado e Marília Geovana de Oliveira Lisboa, que dá destaque para a organização das mulheres no contexto das transformações territoriais em face da mudança do clima na Amazônia. À luz do debate sobre justiça climática, a reflexão aponta para a insuficiência das abordagens e para a necessidade da leitura interseccional das opressões, que tendem a ser aprofundadas no contexto de crise climática.

Logo após esse primeiro bloco de artigos que iluminam perspectivas de mulheres em conflitos relacionados às disputas territoriais e transformações no acesso à terra e à água, seja por conta da instalação de projetos de geração de energia, seja pela crise climática, adicionamos ao dossiê dois artigos relacionados às lutas por segurança alimentar e por direitos reprodutivos. O primeiro deles, “Trajetórias de pesquisa: mulheres negras e alimentação no Brasil”, de Luiza Santos Alves, destaca a ausência das mulheres negras nas análises sobre alimentação na Geografia brasileira. A autora parte da cozinha, tratada como espaço paradoxal e pouco abordado nas análises geográficas. Em seu trabalho, destaca a centralidade das mulheres negras na produção dos alimentos e a cozinha como espaço carregado de opressões, mas também de resistências. Em seguida, integramos ao conjunto o artigo “Mortalidade por gravidez que termina em aborto no estado do Pará de 2011 a 2021: uma análise interseccional das desigualdades”, escrito por Brenda Rafaela Prestes Moreira, Eric Renato Lima Figueiredo, Kellem Cristina Prestes Melo e Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães, que fortalece a interpretação feminista do aborto como problema de saúde pública. O trabalho recorta o estado do Pará e, ao cruzar dados de saúde com indicadores socioeconômicos, mostra que mulheres jovens e negras, de regiões sem atendimento médico adequado, são as principais vítimas de mortes relacionadas ao aborto neste estado.

O último bloco de artigos está voltado para a discussão de práticas de ensino de geografia, componente importante de nossa disciplina. O primeiro trabalho deste bloco, intitulado “Como a formação da geógrafa é atravessada pelo sexismo no curso de Geografia da UFV”, de autoria de Darlene do Carmo Ferreira e Caroline Delpupo Souza, tem como foco a formação da geógrafa, a partir da análise da estrutura do curso de graduação em uma universidade do sudeste brasileiro. Ao focar os conteúdos, corpo docente e práticas de ensino, a autora destaca a reprodução do sexismo e ausência de conteúdos feministas e antirracistas no curso de graduação. O segundo trabalho, debruçado sobre livros didáticos, posiciona crítica à forma como questões quilombolas são abordadas, em especial com relação à ausência do debate antirracista. O texto “As comunidades remanescentes de quilombos nos livros didáticos de Geografia: Uma análise sobre as definições nas obras aprovadas no PNL D de 2020”, escrito por Gabriel Siqueira Corrêa, Carolina da Silva Santos e Ivaine Maria Tonini, destaca que, mesmo que atendam às demandas legais para incorporação de conteúdos sobre história da África e sobre os

povos quilombolas, nos livros didáticos falta ainda enfatizar perspectivas que enfoquem os quilombos desde a ótica anticolonial e como forma de organização atual. Por fim, para fechar este bloco, um trabalho sobre práticas educativas em assentamentos de reforma agrária reforça a dimensão emancipadora do ensino. O artigo “Militâncias-educadoras de mulheres do campo: produzindo territórios de vida”, de Alessandra Bernardes Faria Campos, Marco Antônio Torres e Barbára Ramalho, joga luz à importância da articulação entre categorias de opressão e mostra como práticas organizativas das mulheres são terreno fértil para uma educação antirracista e feminista, produtora de resistências e de alternativas sistêmicas.

Para encerrar o Dossiê, com intuito de voltar o olhar para a globalização, incluímos a tradução do artigo de Saskia Sassen “O que não se vê: Por uma análise feminista da economia global”, publicado originalmente na década de 1990. Ao posicionar como argumento central a necessidade de tratar a globalização desde perspectivas feministas, e apontar a ausência de estudos com essa abordagem, Sassen constrói um caminho metodológico para conectar as realidades locais aos fluxos e determinações globais, com especial destaque para as cidades. Ainda que em seu trabalho a autora não faça uma abordagem que lide com a dimensão racial conectada ao gênero e à classe, a reflexão que seu trabalho provoca sobre a abordagem da globalização o faz atual. A riqueza do trabalho de Sassen está na provocação, perseguida ao longo de todo seu texto, que pauta a necessidade de análises feministas sobre terrenos abstratos, como a globalização e as finanças, pilares para a compreensão da economia global e do período neoliberal.

Diante dessa compilação, entendemos que o principal resultado deste Dossiê é a provocação para avançarmos nas pesquisas feministas e antirracistas na Geografia, logrando investigar opressões e seus desdobramentos espaciais, sem perder de vista os nós entre as categorias e sua articulação em múltiplas escalas. Tendo em vista os desafios que atravessamos e aqueles que nos esperam, acreditamos que a força da investigação comprometida alcançará uma geografia capaz de analisar a realidade brasileira de forma crítica e complexa, a fim de contribuir para a construção de caminhos e inspirações para combater as desigualdades sistêmicas.

Antes de encerrar esta apresentação, agradecemos a todas as pessoas que buscaram neste Dossiê possibilidades de ampliar o debate sobre sua pesquisa.

Agradecemos imensamente às avaliadoras, que fizeram contribuições certas para o aprimoramento dos artigos, e, em especial, aos editores da revista, que receberam o tema com entusiasmo e tornaram este trabalho possível.

Felizes com os resultados até aqui, convidamos à leitura, ávidas por novos desdobramentos dos trabalhos compilados, bem como por novos passos do debate feminista e antirracista em nosso campo de estudo.

### Referências bibliográficas

BANNERJI, Himani. **Building from Marx: Reflections on Class and Race**. Social Justice, [S. l.], v. 32, n. 4, 2005.

CHAVES, Kena Azevedo. **O valor é pariwat: território, reprodução social e expropriação na perspectiva das mulheres Munduruku**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNESP, Rio Claro - SP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/9b46a8c5-6fd1-469f-aa08-4f0b87e2a7a0>

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; SANTOS, Mariza Fernandes dos. Considerações sobre as geografias das relações étnico-raciais e as Geografias Negras no Brasil. **Revista da Anpege**, v. 19, n° 39, pp. 2-31, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERGUSON, Susan. **Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa**. Cadernos Cemarx, Campinas, n. 10, p. 13-38, 2017

FRASER, Nancy. Is capitalism necessarily racist? **Politics/Letters**, [S. l.], v. 15, 2019.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RIZZATTI, Helena. **Urbanização corporativa vista pelo avesso: periferização, interseccionalidade e lugar - uma análise a partir das ocupações de terras urbanas**. 2020. Tese (doutorado) - Unicamp, IG, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1639443>.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2a. ed., São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. In.: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. Pp. 21-41.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.